

ANDREA SIQUEIRA MARTINS

O ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS-MEMBROS EM FACE DA UNIÃO

UMA DISTORÇÃO GRAVE E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA O FEDERALISMO
FISCAL BRASILEIRO

Prefácio

Gustavo da Gama Vital de Oliveira

Área específica da obra

Direito Financeiro

Áreas afins do livro

Federalismo fiscal. Endividamento público.
Política macroeconômica. Finanças públicas.
Sustentabilidade financeira, fiscal e
orçamentária.

Público-alvo/consumidores da obra

Juristas, economistas, acadêmicos, alunos
e público em geral interessados no estudo
das finanças públicas, da Economia, do
Federalismo Fiscal e do Direito Financeiro.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003030

Andrea Siqueira Martins

O ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS-MEMBROS EM FACE DA UNIÃO



Uma Distorção Grave
e suas Consequências para
o Federalismo Fiscal Brasileiro

Prefácio
Gustavo da Gama Vital de Oliveira

FORUM

A insustentabilidade fiscal dos estados brasileiros é motivo de preocupação há décadas, sem que haja uma solução definitiva para o problema, apesar das diversas tentativas nesse sentido. O federalismo brasileiro, na sua origem, adotou o sistema dual, com a respectiva evolução para um federalismo do tipo cooperativo, nos moldes dos modelos norte-americano e alemão, respectivamente. Além da análise de suas particularidades, investigar-se-ão os critérios e as formas como são realizadas as transferências intergovernamentais e como é enfrentado o problema do endividamento dos entes subnacionais nos dois países, de modo a compará-los com o exemplo brasileiro. O estudo também inclui os aspectos gerais do endividamento público e as suas consequências para a questão da equidade entre gerações. Por último, a partir da teoria do jogo de resgate, analisar-se-á o comportamento dos diversos atores em jogo, dando-se destaque ao papel do STF, que, na qualidade de tribunal da federação, deve estimular a interação de todos os demais atores envolvidos no jogo do federalismo brasileiro.

M386e Martins, Andrea Siqueira

O endividamento dos Estados-membros em face da União: uma distorção grave e suas consequências para o federalismo fiscal brasileiro / Andrea Siqueira Martins.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

346 p.; 14,5x21,5cm
ISBN: 978-65-5518-199-9

1. Direito Financeiro. 2. Federalismo fiscal. Endividamento público.
3. Política macroeconômica. I. Título.

CDD 341.38
CDU 340.12

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARTINS, Andrea Siqueira. *O endividamento dos Estados-membros em face da União: uma distorção grave e suas consequências para o federalismo fiscal brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 346 p. ISBN 978-65-5518-199-9.

Andrea Siqueira Martins

Ocupante, atualmente, do cargo de Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda em Finanças, Tributação e Desenvolvimento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Finanças, Tributação e Desenvolvimento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Municipal (carga horária: 360 horas). Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI, Brasil. Graduação em Direito e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Currículo *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/7113824597939138>.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Gustavo da Gama Vital de Oliveira	23
------------------------------------------------	----

INTRODUÇÃO	27
------------------	----

CAPÍTULO 1

FEDERALISMO FISCAL – UMA ANÁLISE COMPARADA

1.1	Teoria geral.....	33
1.1.1	Noções preliminares	33
1.1.2	Evolução da concepção de federalismo fiscal	41
1.1.3	Mecanismos de equalização	52
1.2	Generalidades do federalismo brasileiro.....	62
1.2.1	Características gerais	62
1.2.2	Centralizar ou descentralizar?.....	66
1.2.3	Assimetrias do modelo.....	69
1.3	O federalismo norte-americano.....	74
1.3.1	Particularidades.....	74
1.3.2	Transferências intergovernamentais.....	82
1.3.3	Endividamento dos entes subnacionais.....	91
1.4	O federalismo cooperativo alemão.....	99
1.4.1	Particularidades.....	99
1.4.2	Transferências intergovernamentais.....	109
1.4.3	Endividamento dos entes subnacionais.....	118

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO NO FEDERALISMO BRASILEIRO

2.1	Aspectos gerais do endividamento público e a equidade entre gerações	127
2.1.1	Como as diversas correntes econômicas enfrentam o endividamento público	127
2.1.1.1	Os mercantilistas	129
2.1.1.2	Os clássicos.....	130
2.1.1.3	O pensamento heterodoxo.....	131
2.1.2	A justiça entre gerações.....	133
2.1.3	A questão intergeracional e o endividamento público.....	139
2.2	Panorama histórico da legislação sobre o endividamento dos Estados-Membros.....	148
2.2.1	Do Brasil Colônia à República.....	148
2.2.2	Décadas de 1960-1970	154
2.2.3	Anos 1980	157
2.2.4	A década de 1990 e o advento do Plano Real.....	160
2.2.5	Lei nº 9.496/97	162
2.2.6	Medidas adotadas com a nova crise fiscal dos estados	166
2.2.7	A crise fiscal ocasionada pelo coronavírus.....	174
2.2.8	Período pós-pandemia	181
2.3	O endividamento dos estados e as implicações para o federalismo fiscal.....	188
2.3.1	Os efeitos do endividamento dos entes na gestão da política macroeconômica	188
2.3.2	A descentralização tributária e a guerra fiscal	194
2.3.3	A escassez de recursos e a efetivação de atribuições administrativas.....	201
2.3.4	A socialização dos prejuízos.....	205
2.3.5	A paradoxal situação dos estados ricos e endividados	209

CAPÍTULO 3

O ENDIVIDAMENTO DOS ENTES SUBNACIONAIS E OS ATORES DO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO

3.1	O jogo de resgate (<i>bailout game</i>).....	223
3.1.1	Condições gerais.....	223
3.1.2	O jogo de resgate nos federalismos brasileiro, norte-americano e alemão.....	229

3.1.2.1	Brasil.....	229
3.1.2.2	Estados Unidos.....	231
3.1.2.3	Alemanha.....	239
3.1.3	Comparativo entre os diferentes modelos.....	245
3.2	Os atores/jogadores envolvidos.....	248
3.2.1	Poder Legislativo.....	248
3.2.2	Poder Executivo.....	260
3.2.3	Poder Judiciário.....	264
3.2.4	Outros atores.....	269
3.2.4.1	Tribunais de contas.....	269
3.2.4.2	Conselho de Gestão Fiscal.....	276
3.2.4.3	Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional.....	280
3.2.4.4	Banco Central.....	281
3.2.5	A necessidade de interação entre os diversos atores.....	282
3.3	A jurisprudência do STF relativa ao endividamento dos entes subnacionais.....	286
3.3.1	As liminares com “efeitos definitivos”.....	286
3.3.2	As decisões consequencialistas.....	291
3.3.3	Decisões contraditórias e a insegurança jurídica.....	302
3.3.4	Obstáculo aos comportamentos oportunistas.....	308
3.3.5	O estímulo ao consenso.....	313
CONCLUSÃO.....		327
REFERÊNCIAS.....		331